

Editorial

Em sua primeira edição de 2017, **Scientiæ studia** apresenta aos leitores e leitoras de língua portuguesa e espanhola um número especial de estudos feministas de ciência e tecnologia, reunindo contribuições fundamentais de expoentes contemporâneos da teoria feminista da ciência com colaborações distintivas da teoria e da pesquisa latino-americana, notadamente de uma nova geração de pesquisadoras que vem conquistando espaço no campo dos estudos sociais de ciência e tecnologia. Abordando diversas temáticas e orientações teóricas, mas sempre explorando as possibilidades críticas e construtivas da perspectiva feminista na ciência e na filosofia, os trabalhos aqui reunidos fornecem elementos básicos para a reflexão sobre as relações contemporâneas entre o conhecimento científico e suas aplicações tecnológicas e a organização social, os padrões culturais e a ordem política.

Abrem a seção de artigos dois nomes consagrados da filosofia da ciência contemporânea – Alison Wylie e Helen Longino – que baseiam sua argumentação em prol do pluralismo teórico-metodológico na exploração da crítica feminista à ciência tradicional e, em especial, nas contribuições que a perspectiva feminista oferece para a busca de uma noção de objetividade mais racional, trabalhando para ampliar os espaços do pensamento entre o idealismo da visão heroica da ciência livre de valores e os reducionismos relativistas. Seus artigos retomam e desenvolvem o conteúdo das conferências por elas realizadas no âmbito das atividades do Grupo de Filosofia, História e Sociologia da Ciência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, respectivamente em 14 out. 2013 e 23 out. 2015.

Em texto escrito especialmente para este número temático, Alison Wylie retoma a história das relações entre arqueologia de gênero e feminismo para explorar o papel epistêmico positivo das críticas construtivistas, formuladas a partir de posições subalternas na hierarquia social e no interior dos campos disciplinares, que podem chegar a ver aquilo que é invisível para os que trabalham com os pressupostos indiscutidos dominantes de julgamento e representação de reivindicações científicas. Ela recupera a análise de teóricas feministas sobre o androcentrismo das teorias arqueológicas para especificar os sentidos pelos quais as abordagens situadas contribuem para a crítica das convenções disciplinares que se presumem neutras e universalmente objetivas. Ao revelar o caráter contingente de compromissos fundacionais culturalmente consagrados, o construtivismo da perspectiva feminista contribui para o esclarecimento dos ideais de objetividade vigentes e permite a formulação de ideais alternativos que, incorporando as contribuições da ação epistêmica localizada, dentro e fora das comunidades de pesquisa, apontam caminhos promissores para o aprimoramento da noção de objetividade e a instauração de práticas de exame crítico continuado, fundamentais para o bom funcionamento da ciência.

Em seguida **Scientiæ studia** oferece ao público de língua portuguesa artigo de Helen Longino acerca dos valores ou virtudes cognitivas que qualificam teorias, modelos ou hipóteses para a pesquisa, esfera para a qual a reflexão se dirige a partir da consideração da insuficiência da adequação empírica como critério de maior aproximação à verdade. Após situar o status heurístico próprio a qualquer conjunto de virtudes superempíricas, ela confronta o conjunto de virtudes tradicionais ou ortodoxas àquele proposto como alternativo pelas cien-

tistas e filósofas feministas, delimitando suas justaposições e explicitando as diferenças que os opõem entre si, incluindo suas implicações sociais e políticas. A exploração das consequências da estrutura pragmática proposta leva ao esclarecimento da relação entre virtudes e objetivos cognitivos, ambos concebidos em termos de sua provisoriedade e parcialidade, situando sua argumentação em prol do pluralismo. Essas posições definem sua proposta acerca da política do conhecimento, na qual se destaca a importância da promoção de condições que favoreçam e ampliem a crítica mútua das suposições de fundo de variadas investigações científicas por um conjunto diversificado de modelos particulares do mundo fenomênico, orientados por heurísticas distintas, que projetem padrões comunitários públicos diversos. De acordo com o conjunto de argumentos apresentado, trata-se da única diretriz disponível para os seres humanos em seu esforço de alcançar um entendimento racional do mundo, associado à busca de formas de organização social e política que não se enraizem basilarmente em relações de dominação, entre as quais a milenar dominação masculina.

Segue-se às contribuições das duas consagradas teóricas feministas da ciência de língua anglo-saxã a exploração reflexiva da pesquisadora colombiana Tania Pérez-Bustos sobre as práticas de marginalização e colonização da produção intelectual de origem latino-americana que reproduzem com sucesso a divisão internacional do trabalho entre as comunidades científicas e acadêmicas dos países centrais, com seus centros de excelência e referência, e as comunidades de pesquisa das regiões periféricas, complementares. Abordando o tema no âmbito dos estudos sociais da ciência, a autora discute os dilemas profissionais, intelectuais e políticos de pesquisadoras da ciência latino-americanas, gerados não apenas pela crescente pressão para a publicação em inglês, mas também pelas demandas dos editores de periódicos de alcance internacional para a adoção dos referenciais teóricos desenvolvidos nos centros de produção acadêmica, assim como pelos critérios que regem a organização dos encontros científicos internacionais. O artigo descreve, assim, alguns dos mecanismos de restrição do espaço de difusão e, portanto, de desenvolvimento do pensamento que repõem e ampliam a histórica distribuição desigual da autoridade intelectual no campo científico e acadêmico contemporâneo.

As contribuições das agricultoras e camponesas para a agroecologia e a geração de novos conhecimentos e tecnologias agrícolas são as questões abordadas no artigo de Márcia Tait Lima e Vanessa Brito de Jesus. Elas destacam que até recentemente, embora a agricultura familiar sempre tenha contado com a participação significativa das mulheres, geralmente têm sido desconsiderados não só o trabalho feminino na agricultura familiar e na agroecologia, mas também o fato de que mulheres ocupam posições centrais de resistência ao modelo convencional de produção agrícola, participando ativamente na organização de movimentos sociais agroecológicos e nas práticas associativas de produção. As autoras discutem as contribuições práticas e cognitivas das mulheres para a agroecologia, e argumentam que não se pode entender adequadamente as práticas da agroecologia e as suas possibilidades atuais sem reconhecer os papéis e as contribuições das mulheres, em diálogo com as perspectivas feministas.

Em seu artigo, Bruna Mendes de Vasconcelos, Rafael Brito Dias e Lais Silveira Fraga exploram o caráter andocêntrico da tecnologia social na América Latina, expresso tanto na invisibilização do trabalho das mulheres que promove, quanto na lógica produtivista que adota. Para isso, eles recuperam duas vertentes históricas que exerceram influência na construção de uma proposta sociotécnica alternativa na América Latina, explorando suas diferenças no

que se refere à relação com o trabalho das mulheres e com o modelo produtivista ocidental: a retomada da tradição da roca de fiar no movimento indiano de resistência ao colonialismo britânico e o surgimento da proposta de tecnologia apropriada para os países do terceiro mundo na segunda metade do século xx. Segundo os autores, esta segunda influência, embora criticada, é reproduzida nas propostas de tecnologia social na América Latina, que negligenciam a questão de gênero e invisibilizam a atividade das mulheres, mantendo a dicotomia ortodoxa entre o trabalho produtivo (“masculino”) de produção de valor e o trabalho improdutivo (“feminino”) de reprodução da força de trabalho. Desse modo, as propostas de tecnologia social não conseguem incorporar as contribuições vindas das experiências das mulheres para o desenvolvimento de alternativas técnicas e civilizacionais, limitando-se por seu impensado viés de gênero.

Fechando a seção de artigos, Gustavo Rodrigues Rocha e Luana Fonseca da Silva Rocha expõem uma história social da ideia de “feminilidade” na psicanálise. Com o intuito de situar historicamente as concepções de Freud acerca da “natureza feminina” eles abordam as condições sociais das mulheres na sociedade vitoriana, explorando as trajetórias de pacientes históricas que se tornaram ativistas feministas e cientistas. Incorporando ao cenário o surgimento do espiritismo, os autores mostram os modos pelos quais as características atribuídas à natureza da mulher ganham sentido positivo na mediunidade espírita, onde, diversamente das profissões femininas mediadoras que se expandem no período, a capacidade de transmitir a mensagem sem deturpá-la ressignifica a “passividade” e a “neutralidade” femininas. Assim, se na esfera profana das secretárias, datilógrafas e telefonistas a mulher como meio de condução perfeito continua ainda definida por uma falta em comparação a uma matriz masculina, na esfera sagrada do movimento espírita, ligado aos movimentos políticos progressistas da época, a capacidade de ser a médium entre dois mundos abre espaços de atuação e possibilidades de reconhecimento inéditos, capazes de subverter as condições “naturais” da submissão feminina.

Em entrevista a *Scientiæ studia*, Helen Longino fala sobre sua participação no movimento de mulheres desde a década de 1970 e sua formação em filosofia da ciência e em biologia, que delinearão sua trajetória em direção ao problema da relação entre ciência e gênero, norteando desde então uma obra amplamente reconhecida por suas substanciais contribuições para a filosofia da ciência por meio do desenvolvimento da filosofia ou teoria feminista da ciência. Em diálogo com as jovens pesquisadoras da ciência brasileiras, ela comenta sua experiência profissional da discriminação de gênero no espaço acadêmico. A entrevista esclarece sua concepção social do conhecimento, tratando de aspectos fundamentais de seu pensamento, tais como a distinção analítica entre valores constitutivos e contextuais, as noções de objetividade das comunidades científicas e de aceitabilidade empírica e normativa das representações científicas, problematizando as condições sociais e intelectuais de ampliação da racionalidade das comunidades de pesquisa científica, com pontuais, conquanto agudas, observações acerca das políticas educacionais.

Na seção Notas & Críticas, Rodrigo Cristino de Faria situa a filosofia feminista da ciência de Helen Longino no debate sobre o papel dos valores na ciência. Partindo da posição de Thomas Kuhn, segundo a qual só os valores cognitivos determinam a escolha de teorias e garantem sua objetividade – o que constitui o núcleo da concepção standard da ciência livre de

valores –, Faria mostra como Longino articula em torno da tese da subdeterminação das teorias pelos dados empíricos sua concepção do empirismo feminista, segundo a qual a aceitação de teorias depende de heurísticas, provisórias e locais, ligadas aos objetivos de determinadas comunidades. Isso significa finalmente que os valores cognitivos estão indissoluvelmente ligados a valores sociais, não existindo propriamente uma distinção entre eles. A objetividade seria então garantida por um processo aberto de crítica e pelo pluralismo das heurísticas. Em seguida o autor apresenta, primeiro, as críticas à posição de Longino que negam seja o pluralismo heurístico, como Kristen Intemann, seja até qualquer papel para os valores na ciência, como Susan Haack, e, segundo, as posições que procuram o diálogo crítico construtivo com o empirismo feminista de Longino, pondo no centro do debate o valor da imparcialidade, como na filosofia da ciência da feminista Elizabeth Anderson e no modelo da interação entre as atividades científicas e os valores de Hugh Lacey.

Na sequência, Débora Aymoré resenha o livro de Sandra Harding sobre objetividade e diversidade, expondo os argumentos centrais que a teórica feminista desenvolve nessa obra para sustentar sua proposta de “objetividade forte”, que leva em conta os interesses e necessidades de grupos historicamente marginalizados. Trata-se de impulsionar uma “ciência participativa” que incorpora a diversidade valorativa, definindo uma nova lógica da pesquisa a partir da posição teórica do caráter situado de toda produção de conhecimento, posição que revela os pressupostos androcêntricos e eurocêntricos da visão dominante de ciência, gestada no âmbito do secularismo híbrido ocidental.

Fecha o número a resenha feita por Beatriz Rodrigues Sanchez do livro *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos*. Fruto da pesquisa de Márcia Maria Tait Lima com agricultoras e camponesas brasileiras e argentinas, a obra recebeu, em 2016, o prêmio Marcel Roche da Associação Latino-Americana de Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (Esocite), destinado ao reconhecimento do trabalho de jovens pesquisadores. Tendo como eixo teórico as noções de epistemologias do sul e de epistemologias situadas, a pesquisa explora os modos pelos quais as camponesas têm combatido o agronegócio e resistido à mercantilização da vida. Para Sanchez a articulação entre a produção teórica e a prática das mulheres e o diálogo entre distintas abordagens teóricas estão entre as contribuições mais relevantes do livro.

Em sua variedade os trabalhos reunidos neste número de **Scientiæ studia** ilustram as possibilidades da perspectiva de gênero para a reflexão teórica sobre as dicotomias do pensamento e o desvelamento dos processos sociais nos quais o sexo opera enquanto marcador de hierarquias associadas ao feminino e ao masculino que permeiam a ciência e a sociedade e contribuem para a configuração de mecanismos produtores e reprodutores de desigualdade e discriminação. Explorando problemas de pesquisa, pressupostos e categorias concebidas por agentes sociais em posições não hegemônicas, como a das mulheres e de outros grupos socialmente marginalizados, as abordagens feministas ampliam a fecundidade das questões de gênero para revelar e desnaturalizar o trabalho de desistorização da prática histórica. Desse modo, para as teorias feministas, ciência e epistemologia são inseparáveis da ética e da política.

PABLO RUBÉN MARICONDA
Editor responsável

SYLVIA GEMIGNANI GARCIA
MÁRCIA MARIA TAIT LIMA
HUGH LACEY
Editores convidados

